

Melhor Habitação com Melhor Arquitectura II: a Acessibilidade

Infohabitar, Ano VI, n.º 291

Melhor Habitação com Melhor Arquitectura II: a acessibilidade Novos comentários sobre a qualidade arquitectónica residencial

artigo de António Baptista Coelho

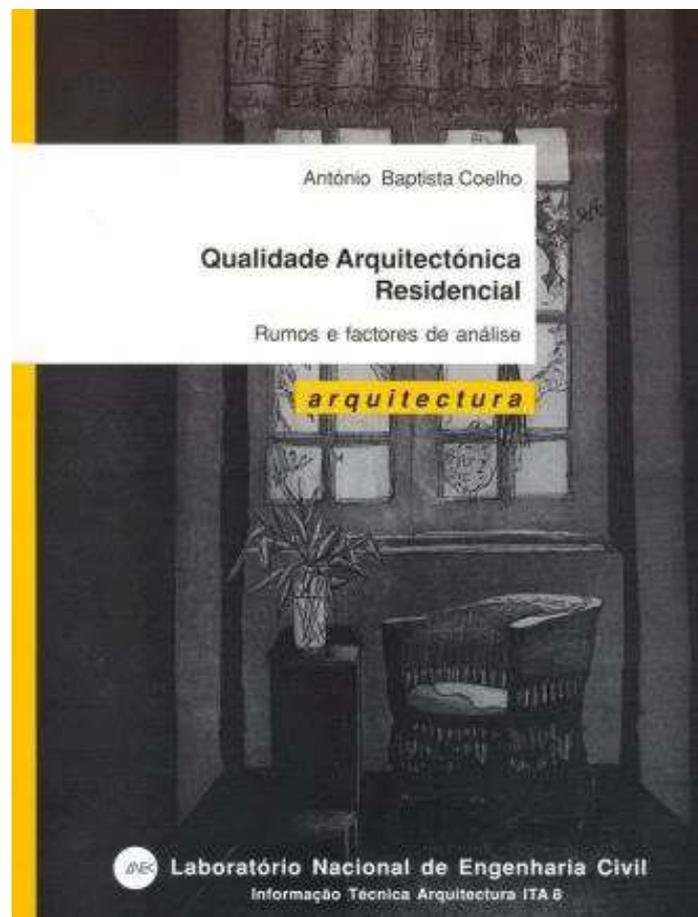


Fig. 01: capa da edição do LNEC "Qualidade Arquitectónica Residencial - Rumos e factores de análise" - ITA 8, da Livraria do LNEC, referindo-se, em seguida, o respectivo link para a Livraria do LNEC

http://livraria.lnec.pt/php/livro_ficha.php?cod_edicao=52319.php

Introdução geral

Nas páginas seguintes apontam-se alguns aspectos que têm sido constante e sistematicamente ponderados, na sequência da aplicação dos conceitos ligados aos diversos rumos de qualidade arquitectónica residencial. Não se trata, assim, da sua respectiva e clarificada estruturação, mas apenas da sua ponderação cuidada, considerando os anos de prática de análise, que já decorreram desde a sua formulação inicial.

Sublinha-se que se trata de matérias tão ligadas à concepção residencial e urbana que muitas vezes os bons projectos e os bons projectistas as integram de forma natural, sendo que naturalmente há na realidade uma sua aplicação muito mais comum do que o que pode ser sugerido por uma apresentação sistemática e individualizada como aquela que se faz em seguida, mas este é o único processo que temos de ir conhecendo, aprofundando.

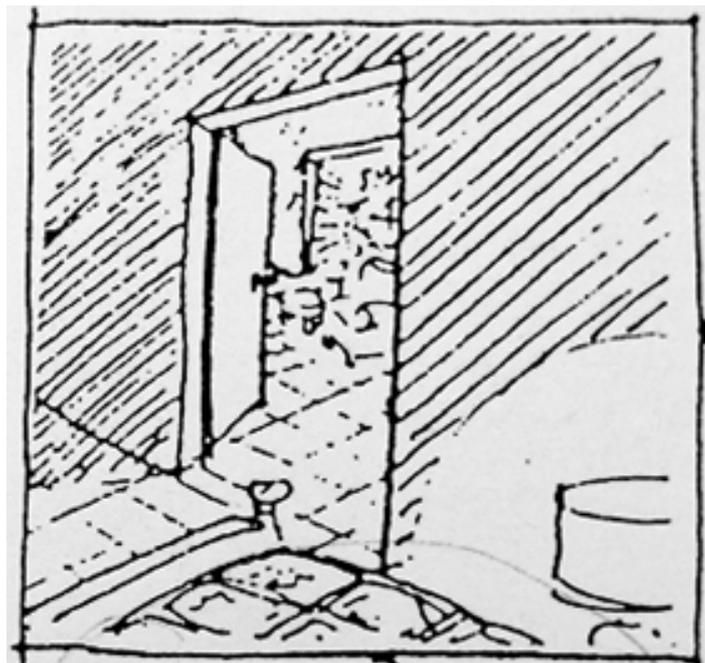


Fig. 02:

Introdução à acessibilidade arquitectónica residencial

A acessibilidade arquitectónica residencial motiva deslocações em meio residencial e urbano e num quadro de continuidades, de clareza de orientação e de motivação dos usos potenciais.

A acessibilidade refere-se à facilidade na aproximação ou no trato, ao desenvolvimento de continuidades naturais por prolongamentos e múltiplas ligações.

A boa acessibilidade é um aspecto básico que percorre os diversos níveis físicos, desde as alternativas de acesso eficaz ao bairro ou conjunto urbano, até à clara facilidade de acesso entre edifícios habitacionais e equipamentos e elementos de mobiliário urbano das vizinhanças e, finalmente, disponibilizando motivadores e eficazes encadeamentos espaciais entre as portas de entrada do edifício e dos respectivos fogos; matéria esta que merece desenvolvimento posterior e específico.

Aspectos estruturadores da acessibilidade

Sublinham-se os seguintes aspectos, que se considera serem estruturadores de uma acessibilidade mais urbana; e aqui este “partido” tem a ver com a natural e directa aplicabilidade das relações de acessibilidade ao nível urbano, embora se considere este nível numa perspectiva que pode ir até entradas de habitações que tenham legibilidade e “função” no quadro de uma imagem urbana de proximidade.

Configuração cuidada e hierárquica da malha viárias e de acessibilidade.

Ter em conta bases adequadas, designadamente, em termos: geográficos, climáticos e ambientais, económicos, técnico-funcionais, sociais e de serviço por equipamentos colectivos, seja os conviviais e de proximidade, seja aqueles ligados aos transportes públicos, que garantem uma “plataforma” básica e “universal” de deslocações e de contactos urbanos e sociais.

Motivação da movimentação e do uso intenso de todo o quadro residencial

Aplicação de estratégias de visibilidade, legibilidade e orientação global e apelativa, criação de um quadro local e urbano de referências, e apoio a um leque específico de intenções de uso e de convívio, considerando adequadas condições de conforto/agradabilidade (bem-estar) e visando-se, naturalmente, o privilegiar da movimentação pedonal.

Desenvolvimento de conjuntos de imagens sequenciais e com continuidade

urbana real

Visar e aplicar redes de acessibilidade mutuamente unificadas, estruturadas e vitalizadas por seqüências visual e funcionalmente dinâmicas, estimuladamente tensas, mas bem fundamentadas em sítios de estar, que proporcionem uma permanência activa; e considerar e aplicar um vocabulário urbano completo, que atente, com especial cuidado, nas ligações entre tipos de espaços e de níveis físicos.

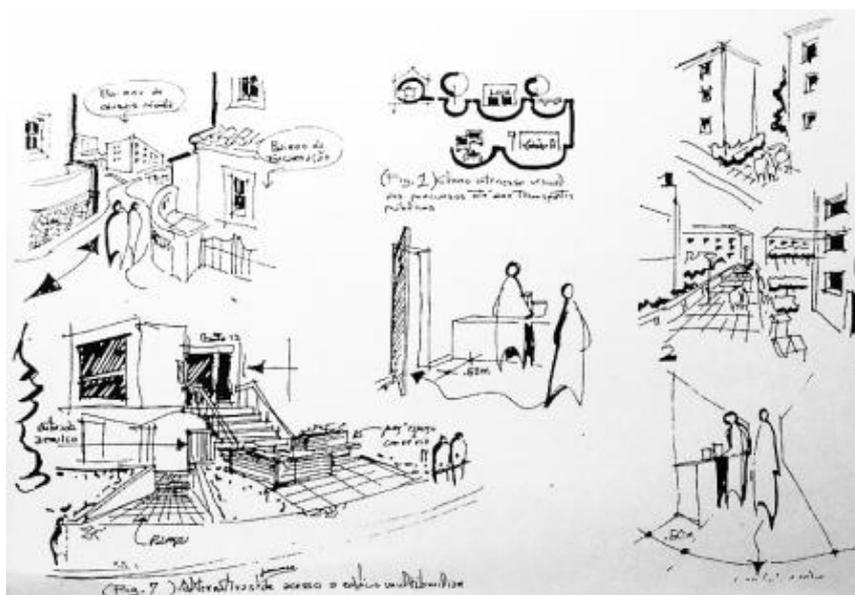


Fig. 03:

A acessibilidade, do bairro à habitação

A aplicabilidade arquitectónica e residencial da acessibilidade é, tal como foi já apontado, essencialmente, urbana e exterior, mas pode e deve marcar de forma muito estimulante os espaços de limiar entre exteriores e edifícios, assim como, de forma agradavelmente estimulante e caracterizadora, os próprios espaços comuns dos edifícios e mesmo a estruturação das habitações, ainda que, quando em quadros residenciais interiores a acessibilidade tenha de veicular um conteúdo residencial, marcado pelo sossego, pela calma e por um forte sentido de permanência.

O que se acabou de referir tem a ver com soluções urbanas de proximidade tão, mutuamente, distintas como:

- as pequenas ruas tradicionais dimensionalmente reduzidas, porque marcadas pela escala humana e por velhos usos urbanos e meios de acessibilidade, e caracterizadas, frequentemente, pelas próprias portas/janelas (portas com postigos envidraçados) de muitas habitações, assim como por passagens e acessos diversificados a continuidades de espaços exteriores por trás da continuidade de fachadas de edifícios que formam a rua, em pátios e quintais comuns e privados - e ninguém negará que se trata aqui de uma caracterização marcada pelas acessibilidades;
- e edifícios cuja estruturação interna de acessibilidades e de tipologia de agregação de habitações e de outras unidades funcionais, como lojas e espaços complementares diversificados (ex., passagens, galerias, alpendres e esplanadas), seja organicamente aparente, a partir da rua contígua; de certa forma em soluções de edifício embebidas e muito caracterizadas por uma estratégia de acessibilidades privadas, comuns e semi-públicas, soluções estas em que a acessibilidade ultrapassa claramente as suas fronteiras “funcionais” e assume uma importância estruturadora da respectiva vizinhança - aliás, tal como também acontece na solução anterior, mais “histórica” ou tradicional.

No interior da habitação a acessibilidade é um factor de flexibilidade de uso e de usos, designadamente, em termos de harmonização entre actividades puramente habitacionais e trabalho profissional, e é também um factor de privacidade e de apropriação, proporcionando que determinadas zonas do lar sejam usadas com autonomia sem afectar outras zonas e proporcionando, mesmo, uma agradável “convivência” entre um estar mais privado e pouco evidenciado e situações de socialização e de animação noutras zonas da habitação.

Tudo isto se refere a um conceito recorrente na concepção habitacional que é a acessibilidade alternativa, uma possibilidade que garanta o acesso às zonas mais privadas da habitação sem se passar obrigatoriamente pelas zonas mais sociais, habitualmente concentradas na respectiva sala-comum.

Estratégias de acessibilidade

As estratégias de acessibilidade são múltiplas, mas aqui apenas nos dedicamos a duas “famílias” temáticas, que se consideram prioritárias: a acessibilidade urbana como ferramenta de vitalização do uso do exterior em boas condições

de segurança; e a acessibilidade nos edifícios por parte de pessoas com mobilidade condicionada.

A acessibilidade urbana como ferramenta de vitalização do uso do exterior em boas condições de segurança

A acessibilidade ou um sistemático potencial de acessibilidade, devidamente mitigada e caracterizada pelos diversos ambientes urbanos e residenciais, é uma condição fundamental para o seu uso frequente e intenso, um uso que caracteriza aquilo que podemos designar como uma verdadeira acção de “habitar o exterior”.

Tal como se passa na estruturação das essenciais sequências de imagens urbanas, somos “pré-movidos” pelo olhar, pela possibilidade que o nosso olhar nos transmite relativamente à facilidade que temos numa dada deslocação e aos benefícios que ela nos proporcionará, seja em termos funcionais, seja no que se refere a condições de convívio, seja em termos de bem-estar e conforto.

Naturalmente, devemos ter bem presente que o nosso clima nos oferece, de forma geral, excelentes condições para uma intensa e profícua estadia no exterior residencial, mas para que assim aconteça há que proporcionar boas relações de acessibilidade ao longo de toda a sequência, ou cadeia, de níveis físicos residenciais e urbanos: habitação; espaço comum habitacional (quando exista); vizinhança de proximidade e seus pólos de actividade, que têm de ser efectivos e afectivos; e núcleos de relação entre essas vizinhanças e a continuidade com o bairro e a cidade, e aqui são fundamentais aspectos de grande continuidade física e apoio à deslocação pedonal e de excelente serviço de transportes públicos.

A questão do uso do exterior em boas condições de segurança, uma segurança que tem variadas facetas, mas que aqui dedicamos, essencialmente à “segurança pública” contra acções violentas, depende, praticamente, de uma forma directa do desenvolvimento das condições de motivação das acessibilidades, acima apontadas; pois afinal um espaço urbano intensamente usado é, basicamente, um espaço muito mais seguro, do que zonas exteriores onde encontramos poucas pessoas e onde não existem actividades.

Mas há um outro aspecto que também se liga á acessibilidade e à segurança

pública urbana, que é a própria escala global do edificado, sabendo-se que edifícios baixos e bem ligados aos exteriores contíguos, através de janelas e de actividades térreas (ex., lojas, esplanadas e pátios/quintais privados), convidam ao uso desse exterior e asseguram-lhe excelentes condições de visibilidade de segurança com continuidade, e tratamos aqui também de uma evidente acessibilidade visual, ligada a um claro e forte potencial de apoio/socorro a situações eventuais que ocorram nesse espaço público - condições bem diferentes de ambientes urbanos compostos por edifícios altos e com pisos térreos sem actividades. E há ainda uma outra matéria associada a estes aspectos, que tem a ver com o grau de boa pormenorização que pode e deve caracterizar continuidades de espaços exteriores e edifícios, uma pormenorização que é capaz de potenciar todas essas relações de acessibilidade física e visual, e é capaz de as harmonizar com as necessárias condições de privacidade - um bom projecto de Arquitectura urbana consegue compatibilizar todos estes aspectos.

Destaca-se, ainda, fazendo-se uma certa “ponte” com a matéria em seguida abordada, que uma estratégia de intensificação do uso dos espaços exteriores residenciais passa pelo cuidar sistemático e exigente da acessibilidade nesse exterior por parte de pessoas com mobilidade e percepção condicionadas e nestas com um enfoque muito especial para as condições que apoiam a acessibilidade física, a segurança e a orientação de crianças e de idosos; habitantes estes que são os grupos mais numerosos caracterizados por necessidades específicas em termos de uso do exterior e que, cumulativamente, são aqueles grupos dos quais depende boa parte da capacidade de vitalização e de intensidade de uso desse mesmo exterior.

A acessibilidade nos edifícios por parte de pessoas com mobilidade condicionada

O cuidado com a acessibilidade das pessoas com dificuldades na movimentação e na percepção espacial tem marcado e bem os últimos anos, designadamente, na produção de legislação que visa a sua adequada acessibilidade e segurança em meio urbano e a sua funcionalidade, agradabilidade e segurança em meio doméstico.

Nesta matéria aponta-se que há que desenvolver mais estudos de ergonomia pois até existem hoje em dia ideias pouco correctas, por exemplo, ligadas à

grande adequação das rampas para pessoas condicionadas na mobilidade, quando é defendido, por médicos especialistas em fisioterapia, que uma escada bem concebida e integrando degraus bem desenhados e revestidos é um meio óptimo e preferencial para a deslocação de muitas pessoas com dificuldade de movimentação. (1)

O que aqui se sugere não é, naturalmente, a ideia de substituir, globalmente, rampas por escadas, mas apenas o interesse de se poder proporcionar, no maior número de casos ou como “solução-base”, por exemplo, em promoções de habitação de interesse social, edifícios de baixa altura, sem elevadores, com escadas muito bem concebidas e pisos térreos com excelentes condições de acessibilidade e uso por pessoas muito condicionadas na sua mobilidade. O que aqui se aponta é a possibilidade de se conceberem excelentes soluções habitacionais económicas, servidas por escadas.

E não tenhamos dúvidas que este tipo de previsão será muito adequada para a globalidade dos habitantes, seja em termos funcionais como em termos de economias de manutenção dos respectivos edifícios; e não devemos ter dúvidas sobre a capacidade que estes terão para satisfazer a grande maioria os seus habitantes ao longo das suas vidas e designadamente na sua velhice.



Fig. 04: pormenor da entrada do conjunto da Cooperativa Lar Para Todos, em Beja, projectada por Raúl Hestnes Ferreira.

A acessibilidade arquitectónica residencial ao nível urbano

A acessibilidade numa Área Residencial depende, em primeiro lugar, de uma boa estruturação "da chegada lá", isto é de toda a malha viária que a serve e para a qual existem múltiplas "receitas" entre as quais cada vez mais são de destacar as clássicas soluções reticuladas, pela sua capacidade de adequação ao sítio e à sua envolvente e pelo seu inegável protagonismo na "unificação do espaço urbano"; é assim intitulado o parágrafo do excelente estudo dos Duplay (2) em que se apresenta uma ordem de grandeza e de relacionamento das redes viárias, baseado no caso parisiense, em que se sucede uma hierarquia de quadrícula de vias; hierarquia esta que se aponta em nota apenas para proporcionar um quadro global de referência (3).

Podemos afirmar que a boa acessibilidade habitacional decorre, naturalmente, do êxito dessa unificação entre vias e edifícios e de um modo mais geral da compatível e estimulante combinação entre os espaços residenciais de circulação e outros com outros usos; no exterior residencial, um exemplo desta combinação é proporcionado pelo arranjo dos estacionamento de veículos em pequenos grupos articulados com os edifícios, próximos das entradas das habitações e amenizados por árvores de enquadramento, enquanto no interior da habitação todos nós já sentimos, por exemplo, o efeito de animação que uma circulação recatada e tangencial pode ter numa zona de estar.

E falando de unificação chegamos ao fundamental elemento de coesão num espaço residencial, que é o peão. Porque "é a rede de caminhos para peões que transforma a cidade numa estrutura transitável", como refere Cullen na sua já clássica "Paisagem Urbana" (4), e pouco mais à frente, ao tratar dos variados elementos que formam a rede pedonal (degraus, pontes, diversos tipos de pavimentos, etc.), Cullen chama-lhes elementos de conexão, garantes da continuidade e da acessibilidade, ao mesmo tempo que oferecem uma variedade de imagens da rede pedonal, que é assimilada como um "todo coeso".

É de salientar que existe a facilidade de aproximação habitual/normal, de todos os dias e de todos os grupos de utentes da Área Residencial e existe, também, a acessibilidade especial e com frequente carácter de urgência.

A acessibilidade nos espaços públicos versus a acessibilidade nos espaços edificados

A acessibilidade é uma qualidade com grande continuidade entre exterior e interior, mudam apenas as escalas e a pormenorização da intervenção, mas mantêm-se idênticas preocupações ergonómicas, de universalidade de uso, de motivação por associação com outros elementos de composição e de previsão de medidas eventuais de acção e intervenção rápidas e estratégicas.

No entanto, no exterior público e na sua relação pormenorizada com o edificado, muito se tem de fazer para articular todos estes aspectos e para os subordinar, coerente e eficazmente, a determinados objectivos que sejam considerados localmente estratégicos (ex. pedonalização e humanização urbana).

A acessibilidade nos espaços públicos conjuga-se com as escalas e usos do exterior, bem como com as suas imagens e é base da continuidade urbana, devendo assegurar-se em completa parceria com o edificado, formalizando ordens hierárquicas equilibradas pela surpresa da visão serial.

A acessibilidade na Vizinhança Próxima do edifício residencial e nas relações físicas, funcionais e “ambientais” com este edifício tem de privilegiar o peão não esquecendo a funcionalidade de veículos e há que articular entradas comuns e privadas com a definição de diversos espaços e arranjos mais ou menos representativos. E nesse privilegiar do peão há que ter em conta, de forma muito especial e cuidadosa, as crianças e os idosos, pois estamos numa zona de influência que pode e deve ser, praticamente, a expansão natural dos respectivos espaços domésticos; e aqui julga-se ser muito pertinente a gradual e rápida implementação de espaços com predominância pedonal e legalmente marcados pela obrigatoriedade de os veículos circularem abaixo de 30Km/h.

A acessibilidade nos espaços edificados é veículo da universalidade de uso e deve articular-se com a gradação de territórios cada vez mais privados/pessoais e apropriados, á medida que nos aproximamos dos compartimentos domésticos. A acessibilidade é, ainda, motivo estruturante da composição do multifamiliar e até da sua envolvente directa, por exemplo, através de circulações visualmente comunicantes e de alternativas de acesso; afinal para além de fogos esse edifício tem espaços comuns de circulação e pode ter situações de acesso

directo ao exterior comum ou quase público.

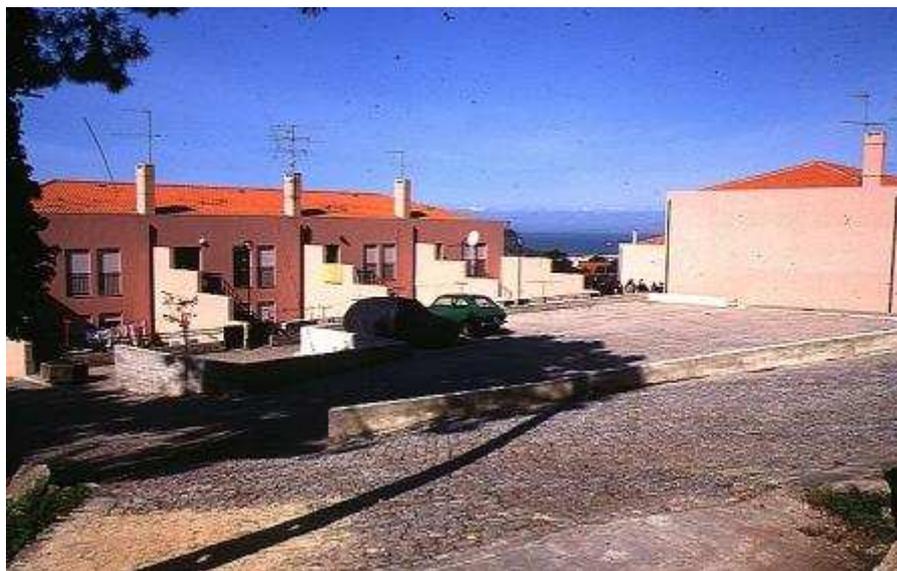


Fig. 05: conjunto municipal no Lugar do Meio, Viana do castelo, projecto de José Carapeto e Paulo Vieira.

Carácter e importância da acessibilidade

A acessibilidade é uma qualidade, em grande parte, objectiva, mas cujos standards merecem uma reflexão associada, quer a aspectos de carácter funcional ligados a objectivos socioarquitectónicos (ex. quais são realmente as medidas indicadas para determinado tipo de usos e comportamentos), quer a opções-base tanto de ordem política como filosóficas (ex. pretende-se pedonalizar realmente uma determinada área, pretende-se generalizar as capacidades de uso espacial doméstico adequadas a condicionados na mobilidade).

Ainda nesta perspectiva de reflexão sobre os aspectos mais objectivos da acessibilidade bastará ter em conta o bem conhecido processo de raios de influência de equipamentos, tão divulgado a partir do eclodir do funcionalismo urbanístico, para termos bem presente que há muito mais a considerar em termos de acessibilidade urbana efectiva/afectiva para além das distâncias, tantas vezes, apenas teóricas, entre equipamentos e habitações. No entanto e se for possível “automatizar” a apreciação das condições de afastamento e ligação pedonal dos fogos aos equipamentos de animação e de vitalização da

zona residencial (atente-se que haverá aqui, desde logo, um "afunilar" de tipos de equipamentos e há que contar com equipamentos "vivos"), há alguns elementos numéricos, em seguida registados, que se podem considerar básicos/críticos e que terão de ser considerados numa perspectiva de rítmica continuidade de motivações e de variados interesses:

- 225 m, ou cerca de 3 minutos a pé, aos principais equipamentos de lazer (pólo comercial, jardim) (5);

- 100 m (máx.) entre elementos de pontuação de percursos urbanos que estejam dispostos em cadeias, tornando coesa toda a zona residencial (ex., esquinas com lojas, mudanças de direcção, paragens de transportes públicos, quiosques, árvores grandes, etc.) (6).

Mas aponta-se que nunca é suficiente a consideração "objectiva" destes elementos, é sim necessário que estes elementos sejam integrados numa composição coesa e apelativa de um espaço urbano e residencial, em que acessibilidade aconteça em aliança natural com uma e uma legibilidade imagem urbanas verdadeiramente motivadoras; e não podemos esquecer que, tal como escreveu Gérard Bauer (7): "O cidadão se perde quando lhe falta uma estrutura lisível do espaço", uma estrutura construída com referências visuais fortes, individualizando os locais e agregando-os em formas gerais orientadas e polarizadas, povoadas por "acentos" claramente notados e capazes de marcarem e clarificarem as distâncias a percorrer. E nesta estruturação a individualização dos locais também passa pela recuperação do vocabulário de espaços públicos que no século XX se abandonou em favor de um urbanismo pseudo-científico e objectivo; e salienta Bauer que: "tínhamos pátio, jardim, largo, parque, apenas temos espaço verde" (8).

A acessibilidade é, assim, uma qualidade arquitectónica residencial e urbana que se pode considerar "de primeira linha", tanto por ser responsável por parte considerável das condições de sucesso ou de insucesso urbano de parcelas do habitat humano - e isto desde o meio urbano até ao mundo doméstico (ex. caso dos deficientes) -, como por associar aspectos de apoio a intervenções de emergência.

Faz-se notar a importância fulcral de adequadas condições de acessibilidade nas acções de requalificação urbana e de reabilitação de conjuntos residenciais de baixo custo em particular.

A acessibilidade é um veículo privilegiado de uma grande série de outras qualidades arquitectónicas aplicáveis e fundamentais no mundo residencial, ela joga com aspectos tão claramente importantes, como a espaciosidade, ela traduz relações aparentemente tão subjectivas como a apropriação, ela adiciona-se ou subtrai-se aos espaços de convívio, ela amplifica ou reduz, estrategicamente, a capacidade de atracção e o carácter residencial/intimista ou mais público e urbano de determinados espaços e ambientes e ela é parceira estruturadora das condições de integração urbana e natural.

Ao nível do edificado a acessibilidade, designadamente, quando articulada com a luz natural, é transformadora do espaço, favorecendo continuidades funcionais por vezes insuspeitadas que extravasam as razões de primeira linha que levam, frequentemente, à sua cuidada previsão em espaços comuns e domésticos.



Fig. 06: praça no Bairro municipal de Santa Luzia, Porto, projectistas Márcio de Freitas, Chaves de Almeida e Fernando Neves.

Notas de reflexão e para desenvolvimento

Em termos de reflexão geral apuram-se, para já, os seguintes aspectos.

É interessante observar o papel unificador de uma área residencial, que pode ser cumprido por uma malha de acessibilidade baseada num vocabulário urbanístico rico e completo, isto é, como que fundida entre exteriores e edifícios, dando-lhes coesão e continuidade, desde as ligações à envolvente do Bairro até às entradas dos edifícios (e em casos específicos até, mesmo, à entrada dos fogos) (9).

E nesse papel unificador, colado ao conjunto de redes de acessibilidade de uma dada vizinhança e de um dado bairro, é muito importante o mecanismo que rege as relações de identidade e de apropriação, pois, afinal, apropriamos o que sentimos como nosso, que controlamos, porque é o nosso território, e para isso a estrutura de acessibilidade contribui muito; nas palavras de Elisabeth Mackintosh (10), "Áreas que são terra de ninguém, onde a responsabilidade pelo espaço é pouco clara e o acesso não pode ser facilmente controlado, não estimulam a territorialidade e são conseqüentemente vulneráveis ao crime".

Há ainda que considerar que, pela negativa, a acessibilidade pode também ser factor negativo, quando há excesso de acessibilidade em zonas do habitat que devem ser íntimas ou de algum modo condicionadas no seu uso e imagem, resultando daí a necessidade de se controlar a acessibilidade por barreiras e por limiares de transição; não é, assim, de estranhar que Chermayeff e Alexander num estudo sobre a privacidade habitacional (11) a façam depender, basicamente, do desenvolvimento de limiares ou módulos de transição, clara e cuidadosamente configurados.

Em termos de desenvolvimentos prioritários desta matéria da acessibilidade urbana e residencial, salientam-se as seguintes áreas de estudo.

Procurar entender melhor e ir, gradualmente, entendendo e consolidando os aspectos que motivam, realmente, os habitantes no uso que fazem das suas vizinhanças e bairros. Uma matéria extremamente actual e com muito para estudar, seja em termos dos aspectos mais teóricos da respectiva fundamentação, seja em termos de análises de uso fundamentadas no diálogo com os habitantes.

Naturalmente é bem conhecido que as pessoas são motivadas pela visão e, tal como refere Arnheim (12), "os olhos olham em frente, para o espaço que pode ser atravessado; descobrem aberturas e direcções e avaliam a facilidade e a

dificuldade do avanço", descobrindo e construindo, mentalmente, as essenciais sequências urbanas ... e é ainda Arnheim que, de seguida, caracteriza esta motivação da acessibilidade de um ponto de vista dinâmico, recusando as sequências imutáveis e salientando a importância da sua "transformação gradual e constante, criada pela perspectiva e pela iluminação, em cada parede ou constelação de elementos" (13).

Mas nesta articulação visual do espaço habitado há que aprofundar uma afirmada unificação das redes de acessibilidade em cada sítio residencial específico, e é ainda Arnheim que a defende, claramente, quando se opõe a que o habitante seja "asfixiado pela inércia de um conjunto de contentores, ligados uns aos outros por corredores que não transmitem qualquer espécie de avanço" (14); estreitamentos e alargamentos "pontuais" produzirão, quando devidamente encadeados, sequências de vistas convergentes e divergentes, produtoras de tensões que estimulam os fluxos de circulação.

E não é possível deixar de sublinhar que a cidade verdadeira e bem habitada nunca foi composta, apenas, por tais "contentores" de funções, meramente agrupados numa óptica funcional estrita e até, por vezes, numa base de concepção estruturada por meros aspectos formais de esquemas gráficos urbanos; mas esta ideia de inércia de um conjunto de contentores apenas funcionalmente interligados é, infelizmente, uma imagem bem corrente em tantas das nossas periferias e em tantos dos nossos conjuntos ditos urbanos. Há, realmente, muito mais cidade habitada para lá dos sempre importantes contentores funcionais.

A acessibilidade, para além do seu papel primário na ligação de espaços e ambientes, deve também, em parte, antecipá-los, polarizando e enriquecendo os variados "caminhos" do habitat.

A acessibilidade pode e deve ser transmissora de ricos e importantes conteúdos nos espaços residenciais e urbanos de proximidade e designadamente nas transições que marcam mudanças radicais de ambientes e de conteúdos funcionais.

Quanto à relação entre segurança e acessibilidade, ela é naturalmente fundamental, mas tem de ser considerada na sua relação mútua: a segurança motiva a acessibilidade, e a vontade de usar e ir até um dado espaço; mas boas condições de acessibilidade, designadamente, em termos de funcionalidade,

vitalidade e agradabilidade nos mais diversos espaços residenciais e urbanos, são aspectos fundamentais em termos de geração de adequadas condições de segurança; e desta forma e liminarmente são colocados em causa os condomínios com acesso exclusivo, pois nem contribuem para a segurança urbana dos espaços onde se integram, nem são garantes de uma segurança eficaz de quem lá mora, pois de certa forma acabam por se constituir em alvos preferenciais para roubos e violência - não é por acaso que, por exemplo, na sociedade árabe tradicional ricos e pobres viviam lado a lado em edifícios cuja imagem pública pouco ou nada evidenciava a capacidade económica dos seus habitantes.

Notas:

(1) E apenas a título de exemplificação desta matéria registam-se as dimensões mais adequadas para os espelhos máximos dos degraus, segundo Patricia Tutt e David Adler (Ed.), no seu "New Metric HandBook" (p. 29): 0,165 m no interior; 0,145 m no exterior.

(2) Claire e Michel Duplay, "Methode Illustrée de Création Architecturale" p. 347.

(3) Avenidas, distanciadas de 1200 a 1600 m entre si; Ruas principais, separadas cerca de 400 m entre si; Ruas secundárias, distanciadas de 100 a 200 m entre si.

Apenas como nota pessoal refere-se que, nesta matéria, poderá haver ainda uma escala viária residencial mais íntima, onde os mundos públicos, comuns e privados se poderão articular com vantagens em termos de imagens urbanas produzidas e até, quem sabe, em termos de conteúdos funcionais devidamente esclarecidos.

(4) Gordon Cullen, "Paisagem Urbana", p. 56.

(5) Christopher Alexander, Sara Ishikawa, Murray Silverstein, et al, "A Pattern Language, Un Lenguaje de Patrones", p. 287-288.

(6) Christopher Alexander, Sara Ishikawa, Murray Silverstein, et al, "A Pattern Language, Un Lenguaje de Patrones", p. 523-524.

(7) Gerard Bauer, "Un urbanisme pour les maisons", p. 168-172.

(8) Gerard Bauer, "Un urbanisme pour les maisons", p. 173.

(9) Um exemplo retirado da já citada obra dos Duplay (p. 149) refere uma sequência muito completa de espaços exteriores residenciais bem unificados com a massa edificada habitacional: ruela parcialmente coberta por 2 compartimentos habitacionais; pátio de acesso a 6 fogos; passagem coberta pelos estendais; praça reservada aos peões; ruela aberta; galeria/ passeio alto;

grande praça para peões e viaturas; rua de tráfego automóvel e de acesso a garagens.

(10) Elisabeth Mackintosh, "Territoriality", in "Housing: symbol, structure, site".

(11) S. Chermayeff, C. Alexander, "Intimité et Vie Communautaire".

(12) Rudolf Arnheim, "A dinâmica da forma arquitectónica", p. 130,

(13) Rudolf Arnheim, "A dinâmica da forma arquitectónica", p. 131.

(14) Rudolf Arnheim, "A dinâmica da forma arquitectónica", p. 131.

Infohabitar, Ano VI, n.º 291

Infohabitar a Revista do Grupo Habitar

Editor: António Baptista Coelho

Edição de José Baptista Coelho

Lisboa, Encarnação - Olivais Norte, 28 de Março de 2010

Etiquetas: [Accessibility](#), [acessibilidade](#), [antónio baptista coelho](#), [architecture housing quality](#), [better housing](#), [qualidade arquitectónica residencial](#), [qualité du logement](#), [vivienda](#)